

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

**DM14
ADMINISTRADOR –
PROCESSO GESTÃO DE
MATERIAIS**

CADERNO 3
GABARITO 3
APLICAÇÃO TARDE

Aplicação: 07/Fevereiro

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo de preenchimento do **cartão/caderno de respostas**.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado do processo seletivo.
- 3 - Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - NÃO Poderá levar o caderno de questões.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- 1 - Confira atentamente se este caderno de perguntas, que contém **60** questões objetivas e **02** questões discursivas, está completo.
- 2 - Confira se seus dados e o cargo escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o fiscal. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 3 - Verifique se o número do Gabarito e do Caderno de Perguntas é o mesmo.
- 4 - Cuide de seu **cartão/caderno de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 5 - Para cada questão objetiva são apresentadas cinco alternativas de respostas, apenas uma das quais está correta. Você deve assinalar essa alternativa de modo contínuo e denso.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7 - O candidato deverá responder de forma dissertativa as questões da Prova Discursiva

AGENDA

- 08/02/2010, divulgação do gabarito da Prova objetiva:
<http://concursos.biorio.org.br>
- 09 e 10/02/2010, recursos contra o gabarito da Prova Objetiva na Internet:
<http://concursos.biorio.org.br> até as 17h
- 24/02/2010, divulgação do resultado da análise dos recursos da Prova Objetiva e Relação dos candidatos que terão a Prova Discursiva corrigida:
<http://concursos.biorio.org.br>

Informações:

Tel: 21 3525-2480 das 9 às 18h

Internet:

<http://concursos.biorio.org.br>

E-mail:

trensurb2009@biorio.org.br

Posto de Atendimento:

Av. Ipiranga nº 1.090 (Colégio Estadual Protásio Alves)

9h às 12h e das 13h30min às 17h

LÍNGUA PORTUGUESA

Jornalismo: profissão específica ou atividade geral?

O que diferencia uma profissão de uma atividade geral? Esta não tem contornos nítidos ou precisos. Pode constituir-se de tarefas as mais diversas, todas relativamente simples. Para realizá-las, quase nunca é necessário um conhecimento mais aprofundado. Seu perfil impreciso permite que praticamente qualquer pessoa possa exercer uma atividade geral. Basta-lhe algum atributo físico ou mental, um pouco de prática, "um certo jeito para a coisa". Nessa constatação, não há menoscabo de sua relevância e nem diminuição da dignidade do trabalho exercido.

Uma profissão é diferente. Geralmente tem raízes em antigas atividades gerais que foram se especializando, com inúmeras tarefas, algumas mais simples, outras mais complicadas. Uma profissão caracteriza-se, fundamentalmente, por constituir um sistema articulado de funções específicas, complexas e complementares entre si. Por isso, sempre exige algum tipo de formação básica, preliminar ao seu exercício. Treinamento e prática são essenciais para complementar a formação; mas esta é indispensável. Atributos pessoais podem contribuir para formar um profissional melhor; mas essas qualidades não prescindem da formação. Há exceções, mas estamos tratando da regra geral.

As sociedades modernas desenvolveram sistemas formais de formação geral e específica em diversos graus e níveis, incumbidos de dar o preparo básico para o exercício de inúmeras profissões. Ao dar esse preparo, o sistema também dá um sinal, uma prova pública de que o preparo foi dado. Esse sinal é chamado de certificado ou diploma, e indica o grau e o nível da formação regular conferida.

Entre as antigas atividades gerais que foram se transformando em profissões específicas está a de jornalismo. Na sua essência, o jornalismo trata da informação. É uma profissão constituída de funções que se destinam a planejar e obter informações do mundo real - físico ou social -, organizar, estruturar e hierarquizar essas informações, explicá-las, analisá-las e interpretá-las, e apresentá-las e difundi-las através de diversos processos, utilizando-se de meios impressos, auditivos, visuais, geralmente combinados entre si.

Não é uma atividade geral, que qualquer um possa fazer. É um processo específico e complexo e que, por isso, exige formação especializada. A tendência histórica provável é que essa especialização aumente: cresce a complexidade tanto do mundo social e físico, que constitui o conteúdo das informações, quanto dos métodos de obtenção, registro e difusão das informações. Por isso modernamente o jornalismo necessita de formação especializada de nível superior; por isso é que surgiram, no interior dos sistemas escolares universitários, os cursos de jornalismo e seus diplomas. Não se trata de um "direito" dos formandos. Trata-se do direito de a sociedade exigir do profissional a prova da sua formação regular, escolar e superior específica.

Supor que outra formação não específica seja igual à de jornalismo significa negar o jornalismo como profissão específica e entendê-lo como atividade geral.

É claro que isso não tem nada a ver com o direito de ter e emitir opiniões. A essência do jornalismo é a informação. O direito de ter e difundir opiniões não é característica nem específica e nem exclusiva do jornalismo. Abarca um campo muito mais vasto, que é o da própria sociedade e do grau de democracia que ela comporta. Um jornal, uma revista, uma programação de rádio ou televisão, contém, além de jornalismo, muitas outras coisas, inclusive opiniões.

Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões. Para isso, não precisa de diploma, certificado, sinal ou prova pública, requisito escolar, documento formal ou coisa alguma. Opinião por opinião, a de um bóia-fria analfabeto é tão legítima quanto a de um doutor em Filosofia ou Ciência Política. No Brasil, os meios de comunicação - jornais, revistas, rádios e TVs -, na sua imensa maioria, são propriedade ou do Estado ou de empresários privados. São esses proprietários que podem ou não, nesse sistema, autorizar a divulgação de opiniões em seus veículos. Isso nada tem a ver com jornalismo ou diploma de jornalismo. Nem o diploma de jornalismo, nem a regulamentação da profissão de jornalista impedem ou sequer dificultam o direito de qualquer um emitir e difundir opiniões. É o regime de propriedade dos meios de comunicação que tem a ver com a liberdade e o direito de divulgar opiniões.

Palhaços, idiotas e picaretas, isso os há em qualquer profissão, ou atividade, com ou sem diploma, entre empregados e entre patrões, dentro e fora da academia. E de muitos deles é o reino dos céus, tanto no céu quanto na terra.

(Adaptado de ABRAMO, Perseu. www2.fpa.org/portal/module/news/article)

01 - No texto, a diferença entre uma atividade geral e uma profissão reside no caráter:

- (A) Impreciso da primeira em oposição ao sistemático da segunda;
- (B) Amadorístico da segunda em oposição ao acadêmico da primeira;
- (C) Institucional da primeira em oposição ao marginal da segunda;
- (D) Libertário da segunda em oposição ao conservador da primeira;
- (E) Dispensável primeira em oposição ao essencial da segunda.

DM14
ADMINISTRADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE MATERIAIS

02 - Da leitura do penúltimo parágrafo depreende-se que:

- (A) Legitimidade de opinião não se restringe, mas é o diploma que garante direito à difusão;
- (B) Exercício de opinião é direito exclusivamente garantido a poucos;
- (C) Emissão de opinião é direito irrestrito, mas o acesso à difusão é controlado;
- (D) Escolarização superior é pressuposto para o exercício do amplo direito de opinar;
- (E) Regulamentação do jornalismo é meio de coibir a difusão de opiniões indevidas.

03 - A *regra geral* referida no segundo parágrafo está adequadamente proposta em:

- (A) A prática e o treinamento podem valer por um curso superior não concluído;
- (B) Atributos pessoais garantem a formação de um profissional prático;
- (C) Um bom jornalista deve ter atributos pessoais, formação e prática;
- (D) Qualquer pessoa jeitosa pode ser jornalista, mesmo que não tenha prática;
- (E) Treinamento, prática e atributos pessoais não substituem a formação acadêmica.

04 - No texto, o vocábulo *diplomas* (L.50) relaciona-se sinonimicamente a:

- (A) *liberdade* (L.79);
- (B) *registro* (L.45);
- (C) *difusão* (L.46);
- (D) *prova* (L.51);
- (E) *informação* (L.57).

05 - A figura de linguagem que expressa a intenção do articulista no último parágrafo do texto é:

- (A) Personificação;
- (B) Pleonismo;
- (C) Apóstrofe;
- (D) Sinestesia;
- (E) Ironia.

06 - Considere as afirmativas:

- I - A regulamentação da profissão garante à sociedade o exercício ético do jornalismo.
- II - A formação preliminar é decorrente da natureza complexa do jornalismo.
- III - Atividades opinativas são, por definição, a razão de ser do jornalismo.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma apenas em:

- (A) III;
- (B) I e II;
- (C) II e III;
- (D) I;
- (E) II.

07 - A expressão *atividades gerais* só **NÃO** é retomada pelo pronome:

- (A) *lhe* (L.6);
- (B) *sua* (L.9);
- (C) *que* (L.12);
- (D) *Esta* (L.1);
- (E) *seu* (L.5).

08 - Na frase *Basta-lhe algum atributo físico ou mental*, a regência do verbo bastar é a mesma de:

- (A) O texto se organiza de forma clara e objetiva;
- (B) Exige-se atitude ética a todos os profissionais de imprensa;
- (C) Busca-se profissional experiente na área de jornalismo;
- (D) A sociedade respeita a quem exerce a profissão eticamente;
- (E) Convém debater a ideia da obrigatoriedade do diploma de jornalismo.

09 - O termo sublinhado tem função adjetiva em:

- (A) Direito de propriedade;
- (B) Formação do profissional;
- (C) Diploma de jornalismo;
- (D) Divulgação de notícia;
- (E) Complexidade do mundo.

DM14
ADMINISTRADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE MATERIAIS

10 - A frase *Há exceções, mas estamos tratando da regra geral* está de acordo com as regras de concordância verbal do padrão escrito culto. Isso **NÃO** ocorre no item:

- (A) No artigo em análise, trata-se de questões referentes ao jornalismo;
- (B) Faz meses que o texto foi publicado em jornal de grande circulação;
- (C) Sempre haverá de existir opiniões contrárias às veiculadas nos editoriais;
- (D) Nas redações, existem jornalistas especializados em todas as áreas;
- (E) Sem dúvida, devem haver meios de solucionar o impasse criado.

11 - Mantendo o sentido do texto, a palavra *menoscabo* (L.9) pode ser substituída por:

- (A) Depreciação;
- (B) Desperdício;
- (C) Demagogia;
- (D) Desconfiança;
- (E) Desvantagem.

12 - O acento indicativo de crase foi corretamente empregado apenas em:

- (A) Dirigi-me à pessoas que pareciam espertas;
- (B) Não se referia àquilo que gerou a polêmica;
- (C) Os estudantes dispuseram-se à colaborar;
- (D) Ninguém dá importância à reclamações;
- (E) Aquela loja não vende à prazo.

13 - Considerando o trecho iniciado por *A tendência histórica e terminado por difusão das informações* (L.42/46), os dois pontos poderiam ser perfeitamente substituídos pela conjunção:

- (A) Pois;
- (B) Embora;
- (C) Mal;
- (D) Entretanto;
- (E) Logo.

14 - A alternativa que **CONTRARIA** a colocação pronominal exigida ao padrão escrito culto é:

- (A) Seu editor, que é experiente, foi-se tomando de fúria ao ouvir tal disparate;
- (B) Não espera-se unanimidade de opiniões a respeito deste tema;
- (C) O colunista vai enviar-lhe os textos no início da semana;
- (D) O público a quem se destina a reportagem é leigo em medicina;
- (E) Dever-se-ia discutir esse tema o mais amplamente possível na universidade.

15 - A alternativa que mantém a correção gramatical e o sentido original da frase *Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões* é:

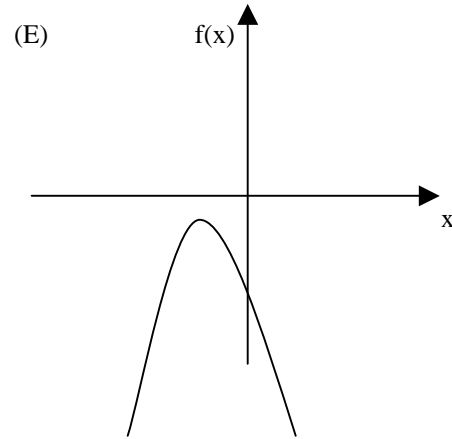
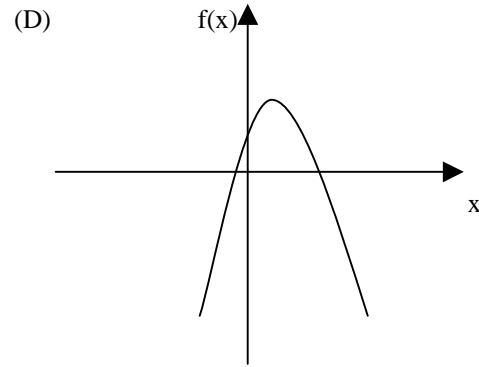
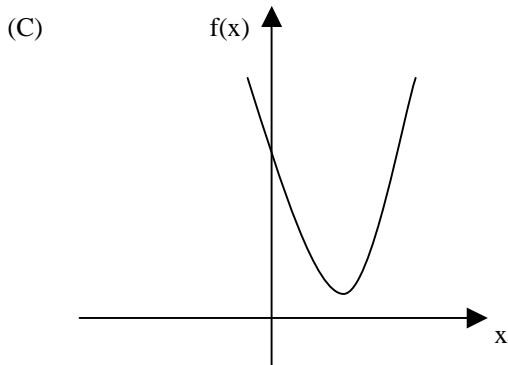
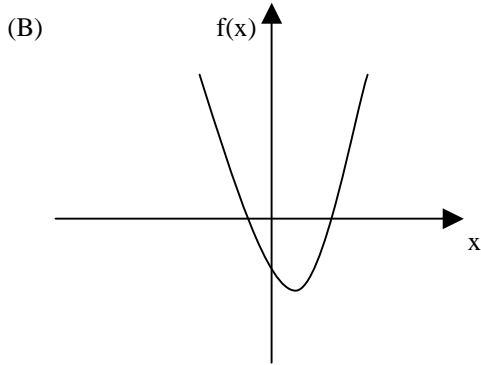
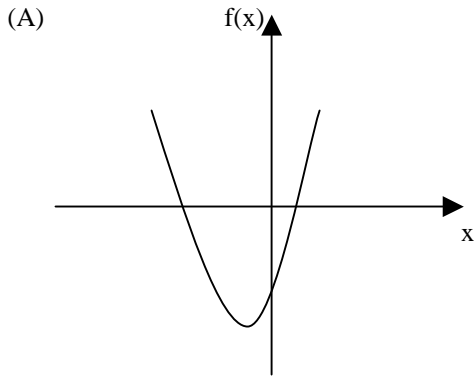
- (A) Inteiramente qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (B) Qualquer pessoa inteiramente deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (C) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir inteiramente opiniões;
- (D) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões inteiramente;
- (E) Qualquer pessoa deveria ser livre inteiramente para ter e difundir opiniões.

MATEMÁTICA

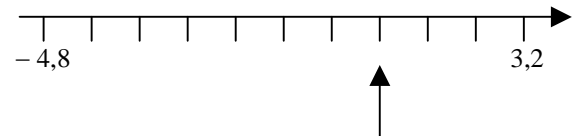
16 - O resultado de $5\sqrt{0,1}\sqrt{0,9}$ é:

- (A) 3,0
- (B) 4,5
- (C) 15,0
- (D) 0,045
- (E) 1,5

17 - O gráfico da função $f(x) = x^2 + 4x - 5$ é melhor representado por:



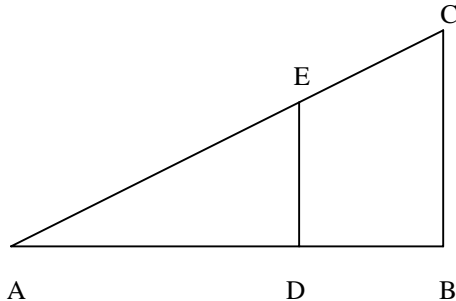
18 - Observe o segmento da reta numérica a seguir.



O número indicado pela seta é o:

- (A) 1,2
- (B) 1,4
- (C) 1,6
- (D) 0
- (E) 0,8

19 - Na figura a seguir o triângulo ABC é retângulo e o segmento DE é paralelo ao lado BC. A distância do ponto D ao ponto A é o dobro da distância do ponto D ao ponto B.



A área do trapézio DBCE é aproximadamente igual à seguinte porcentagem da área do triângulo ABC:

- (A) 55,6%
- (B) 66,7%
- (C) 77,8%
- (D) 36,6%
- (E) 50,0%

20 - Numa sala estão reunidos cinco técnicos e cinco engenheiros. Se duas pessoas distintas desse grupo são escolhidas ao acaso, a probabilidade de que ambos sejam técnicos é igual a:

- (A) $1/3$
- (B) $1/2$
- (C) $2/3$
- (D) $1/10$
- (E) $2/9$

21 - O preço de um produto sofreu um aumento de 15% num certo mês do ano passado. No início deste ano, com as boas vendas, o comerciante resolveu diminuir em 10% o preço praticado. Nesse caso, o preço inicial, antes do aumento, em relação ao preço final, após a redução, sofreu um aumento de:

- (A) 3,0%
- (B) 3,5%
- (C) 5,0%
- (D) 2,0%
- (E) 2,5%

22 - Seis amigos, três homens e três mulheres, devem sentar-se em seis cadeiras dispostas lado a lado em uma fileira de um cinema. O número de modos diferentes de as seis pessoas sentarem nesses seis lugares de modo que nem dois homens nem duas mulheres sentem lado a lado é igual a:

- (A) 36
- (B) 64
- (C) 72
- (D) 12
- (E) 24

23 - Os dados a seguir são as idades de dez pessoas:

32 35 27 56 42 19 21 23 54 21

A média e a mediana dessas idades são, respectivamente:

- (A) 32 e 38,5
- (B) 33 e 29,5
- (C) 32 e 31,5
- (D) 33 e 30,5
- (E) 34 e 36,5

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24 - A empresa Bombafirme Ltda., localizada na cidade de Macaé-RJ, é fabricante de bombas industriais para a área de exploração de petróleo e precisa decidir sobre o que é melhor em determinado momento: COMPRAR ou FABRICAR certa quantidade de bombas. Para decidir, observou os seguintes dados para um Lote de Fabricação ou de Compra (Q) = 10000 (dez mil) unidades, e simulou 3 (três) situações, sendo 2 (duas) para Fabricação e 1(uma) para Compra a terceiros, conforme dados a seguir:

1) Processo de Fabricação A:

Custo Fixo Total do Lote(CF) = R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Custo Variável Total do Lote (CV) = R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

2) Processo de Fabricação B:

Custo Fixo Total do Lote (CF) = R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

Custo Variável Total do Lote (CV) = R\$ 70,00 (setenta reais);

3) Processo de Compra C:

Custo Total Global da Compra (CT) = R\$ 80,00 (oitenta reais)

Lembrando que $CT = CF + CV \times Q$, onde: **CT** é Custo Total Global; **CF** é Custo Fixo Total; **CV** é Custo Variável Total e **Q** é Lote de Fabricação ou de Compra, os valores encontrados para os Processos A, B e C são respectivamente:

- (A) Processos: A - CT = R\$ 810.000,00,
Processos: B - CT = R\$ 850.000,00,
Processos: C - CT = R\$ 800.000,00;
- (B) Processos: A - CT = R\$ 310.070,00,
Processos: B - CT = R\$ 110.070,00,
Processos: C - CT = R\$ 800.000,00;
- (C) Processos: A - CT = R\$ 810.070,00,
Processos: B - CT = R\$ 1.010.070,00,
Processos: C - CT = R\$ 800.000,00;
- (D) Processos: A - CT = R\$ 1.000.000,00,
Processos: B - CT = R\$ 850.000,00,
Processos: C - CT = R\$ 800.000,00;
- (E) Processos: A - CT = R\$ 850.000,00,
Processos: B - CT = R\$ 1.000.000,00,
Processos: C - CT = R\$ 800.000,00.

25 - “Os recursos materiais, ou estoques, podem ser classificados como *demanda dependente* e *demanda independente*. Esses estoques tendem a funcionar como reguladores do fluxo de negócios”.

Em relação a demanda dependente e a demanda independente é correto afirmar que:

- (A) a *demanda é dependente* quando a quantidade a ser fornecida não depende da demanda de um item de demanda independente e *demanda independente* são itens decorrentes apenas dos fornecimentos externos;
- (B) a *demanda é dependente* quando a quantidade a ser utilizada depende da demanda de um item de demanda independente e *demanda independente* são itens decorrentes dos pedidos dos clientes externos;
- (C) a *demanda é dependente* quando a quantidade a ser utilizada não é suficiente e depende da demanda de um item de demanda normal e *demanda independente* são itens fornecidos por pedidos, só externamente;
- (D) a *demanda é dependente* quando a quantidade a ser vendida depende da demanda de vários itens de demanda dependente e *demanda independente* são itens decorrentes de fornecimento interno de clientes;
- (E) a *demanda é dependente* quando a quantidade a ser utilizada independe da demanda de um item de demanda independente e *demanda independente* são itens decorrentes dos pedidos de todos fornecedores.

26 - Determinado item de material tem um custo de armazenagem anual (Ca) de R\$ 0,60 (sessenta centavos) por unidade e preço de unitário de compra (P) de R\$ 2,00 (dois reais).

Lembrando que $Cc = Ca + i \times P$, onde **Cc** = Custo de carregamento; **Ca** = Custo de armazenagem; **i** = taxa de juros; **P** = Preço unitário de compra e considerando uma taxa de juros (i) de 12% (doze por cento) ao ano, o custo de carregamento do estoque desse item é de:

- (A) R\$ 0,07;
(B) R\$ 0,24;
(C) R\$ 1,44;
(D) R\$ 0,84;
(E) R\$ 0,14.

27 - A análise ABC é uma das formas mais usuais de se examinar estoques. Essa análise consiste na verificação do consumo em certo espaço de tempo, em valor monetário ou quantidade dos itens de estoque, para que eles possam ser classificados em ordem decrescente de importância.

Consideremos *o método de Classificação ABC* aplicado aos estoques nos dados a seguir.

Quadro da Curva ABC

CLASSE	ITENS		VALOR DOS ESTOQUES	
	% itens	% acumulado	% valor	% acumulado
A	10		75	
B	25		20	
C	65		5	
TOTAL	100	-----	100	-----

Os percentuais acumulados dos itens e do valor dos estoques são:

- (A) % Itens: Classe A = 10, B = 35, C = 100 e % Valor: Classe A = 75, B = 95, C = 100;
- (B) % Itens: Classe A = 10, B = 55, C = 100 e % Valor: Classe A = 75, B = 30, C = 100;
- (C) % Itens: Classe A = 10, B = 15, C = 100 e % Valor: Classe A = 75, B = 35, C = 100;
- (D) % Itens: Classe A = 10, B = 45, C = 100 e % Valor: Classe A = 75, B = 25, C = 100;
- (E) % Itens: Classe A = 10, B = 25, C = 100 e % Valor: Classe A = 75, B = 20, C = 100.

28 - Considere um ano comercial de 360 dias e que determinado item de material apresente uma Demanda (D) anual de 9000 (nove mil) unidades e, conseqüentemente, uma Demanda (D) mensal de 750 (setecentos e cinquenta) unidades e, portanto, uma Demanda (D) diária de 25 (vinte e cinco) unidades. O Tempo de Atendimento (TA) dos fornecedores é de 30 (trinta) dias para o atendimento de um pedido de compra. A gerência de estoques estipulou um Estoque de Segurança (ES) suficiente para atender a 45 (quarenta e cinco) dias de consumo.

Considerando ainda que a unidade de tempo deve ser única para Demanda (D), Tempo da Atendimento (TA) e fa (fator de conversão; tempo) (Ex.: ano; mês; quinzena; semana; dia; hora; minuto; segundo, etc.) e lembrando que $ES = D \times fa$, onde: **D** é Demanda e **fa** é fator de conversão (tempo; dias de consumo) e que $PP = D \times TA + ES$, onde **D** é Demanda, **TA** é Tempo de Atendimento e **ES** é Estoque de Segurança, concluímos que o Estoque de Segurança (ES) e o Ponto de Pedido (PP), são, respectivamente:

- (A) ES = 4500 unidades e PP = 9000 unidades;
- (B) ES = 5625 unidades e PP = 9875 unidades;
- (C) ES = 1125 unidades e PP = 2250 unidades;
- (D) ES = 1750 unidades e PP = 3375 unidades;
- (E) ES = 3375 unidades e PP = 6750 unidades.

29- MRP (*Materials Requirements Planning*) é:

- (A) uma ferramenta técnica que está indiretamente associada às circunstâncias operacionais de um sistema produtivo integrado;
- (B) uma atividade administrativa de pouca ou nenhuma importância para a função de compras, pois, não tem relação direta com esta;
- (C) um sistema integrado por computador que não se comunica com o gerenciamento da cadeia de abastecimento (suprimento);
- (D) um instrumento fundamental na geração dos pedidos de compras para materiais ou componentes diretamente ligados a um produto;
- (E) um processo normativo de seleção de fornecedores para fornecimento de materiais atendendo às exigências técnicas necessárias.

30 - “Integrando a empresa com a tecnologia de informação (TI), o ERP (*Enterprise Resources Planning*) surgiu como sendo uma evolução dos conceitos de MRP (*Materials Requirements Planning*) e MRPII (*Manufacturing Resources Planning*)”. O ERP (*Enterprise Resources Planning*) tem como objetivo principal:

- (A) a integração da organização por meio de seus processos e funções;
- (B) o planejamento e controle do uso mão-de-obra direta e de materiais;
- (C) a definição da implementação de sistemas de produção mais eficazes;
- (D) a determinação de implantação de tecnologia da informação interna;
- (E) a elaboração de um plano de capacitação de pessoas para a produção.

31 - “Concernente à Lista de Materiais (BOM = *Bill of Materials*), relacionado a um sistema MRP (*Materials Requirements Planning*), o programa de reposição de um componente é determinado a partir dos programas da produção dos itens de origem. Por isso, o sistema necessita de informações precisas sobre as relações item de origem-componente”.

A Lista de Materiais (BOM = *Bill of Materials*) é portanto:

- (A) um registro de alguns dos componentes de um produto, das relações item de origem-componente e das quantidades de emprego derivadas da engenharia e dos projetos de processo;
- (B) um registro do planejamento de mão-de-obra, das relações item de origem x mão-de-obra e das quantidades de emprego derivadas da engenharia e dos projetos de processo;
- (C) um registro de todos os componentes de um produto, das relações item de origem-componente e das quantidades de emprego derivadas da engenharia e dos projetos de processo;
- (D) um registro parcial dos componentes essenciais a um produto, dos itens de origem-componente e das quantidades de emprego derivadas da engenharia e dos projetos de processo;
- (E) um registro dos componentes principais de um produto, das relações item de origem-componente, das relações item de origem x mão-de-obra e das quantidades de emprego derivadas da engenharia e dos projetos de processo;

32 - Conceitualmente, TQC (*Total Quality Control*) ou Controle da Qualidade Total é:

- (A) a procura da prevenção e da verdadeira causa da origem dos problemas, por diagnose dos defeitos;
- (B) o controle exercido por todas as pessoas para a satisfação das necessidades de todas as pessoas;
- (C) um sistema administrativo onde são emanadas as decisões dos Círculos de Controle da Qualidade;
- (D) o resultado, quase sempre positivo, por estratégias de diagnósticos de situações mais adversas;
- (E) a busca de melhorias graduais e contínuas, envolvendo a todos da organização, e sem custos.

33 - Os Círculos de Controle da Qualidade (CCQ) são a finalização, o “acabamento” do TQC (*Total Quality Control*) e parte:

- (A) inseparável deste;
- (B) insustentável deste;
- (C) dispensável a este;
- (D) independente deste;
- (E) dissociada deste.

34 - O TQC (*Total Quality Control*), como praticado no Japão, é baseado em:

- (A) participação e todos os gerentes da empresa sem que todos os empregados precisem participar do processo de qualidade;
- (B) participação de todos os empregados com determinações de obrigatoriedade por parte nos maiores níveis hierárquicos;
- (C) fundamento comportamentalista oriental, sem que todos os setores da empresa precisem participar do processo de qualidade;
- (D) participação e todos os setores da empresa e de todos os empregados, desde que haja determinação superior na empresa;
- (E) participação e todos os setores da empresa e de todos os empregados no estudo da condução do controle da qualidade.

35 - “A implantação do controle da qualidade em uma empresa precisa ser monitorada não só para verificar seus pontos fortes e fracos mas também para orientar as pessoas e demonstrar o interesse contínuo da empresa pela qualidade. Kaoru Ishikawa, um dos mais conhecidos ‘gurus da qualidade’ no Japão, e no mundo inteiro, nos diz que: ‘o auditor pode possuir uma pilha de fórmulas e check lists, mas sem o conhecimento baseado em experiência, ele não conduzirá bem a sua função...’”.

A fala de Kaoru Ishikawa, destacada no texto, nos dá a entender que auditores devem ser usados para:

- (A) definir a qualidade por decreto administrativo;
- (B) disseminar a qualidade, com hierarquia geral;
- (C) ingerir na qualidade, não para auditá-la;
- (D) promover a qualidade, não para inspecionar;
- (E) inspecionar a qualidade, não para auditá-la.

DM14
ADMINISTRADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE MATERIAIS

36 - “A implantação de um programa de qualidade é um processo de aprendizado e, portanto, não deve ter regras muito rígidas, mas estar adaptada às necessidades, usos e costumes da empresa. No entanto, um plano de implantação deve conter algumas grandes linhas, a critério da conveniência de sua implantação”.

Quatro dessas grandes linhas são:

- (A) introdução da ideia na empresa, educação e treinamento para o TQC, plano de controle da implantação do TQC, auditoria do presidente;
- (B) introdução da ideia por portaria, inovação e desempenho para o TQC, plano de controle da verificação do TQC, auditoria dos dirigentes;
- (C) introdução da ideia por setores, informação sobre treinamento para o TQC, plano de controle do treinamento para o TQC, consultoria externa;
- (D) introdução da ideia no país de origem, educação e verificação para o TQC, plano de controle da implementação do TQC, auditoria extrínseca;
- (E) introdução da ideia na empresa, educação e monitoramento para o TQC, plano de controle da organização do TQC, auditoria da ISO 9000.

37 - O art. 22 da Lei nº. 8.666/93, que institui normas para licitação e contratos da administração pública, indica 5 (cinco) modalidades de licitação. Essas modalidades constantes da mencionada lei são:

- (A) contrato, licitação pública, concorrência, concurso e leilão;
- (B) licitação, contratação, tomada de preços, cadastro e leilão;
- (C) qualificação técnica, concorrência, convite, concurso e leilão;
- (D) cotação, pregão eletrônico, cadastro, concorrência e leilão;
- (E) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

38 - “O Decreto nº. 5.450/2005, que regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, no seu parágrafo único do art. 1º, dispõe que *subordinam-se ao disposto neste decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, mais algumas entidades.*”

As entidades que estão subordinadas ao decreto em questão, para fins de pregão na forma eletrônica são:

- (A) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as organizações não governamentais (ONG’s) mesmo não controladas direta ou indiretamente pela União;
- (B) os fundos especiais, as autarquias, os fundos de pensão previdenciários das sociedades anônimas, os sindicatos e todas as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União;
- (C) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União;
- (D) os fundos especiais, as autarquias, as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP’s) as sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76, as demais entidades da União;
- (E) os fundos especiais, as autarquias, as fundações privadas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e, somente, as demais entidades controladas diretamente pela União.

39 - O crescimento das despesas públicas tem sido uma preocupação da maioria dos Governos no mundo. No Brasil, o crescimento acelerado das despesas públicas teve início principalmente:

- (A) após a ditadura militar;
- (B) antes da ditadura militar;
- (C) após a guerra do Vietnã;
- (D) após a Primeira Guerra Mundial;
- (E) após a Segunda Guerra Mundial.

40 - A classificação econômica da despesa orçamentária é constituída por:

- (A) despesas correntes e despesas de capital;
- (B) despesas operacionais e despesas não operacionais;
- (C) despesas operacionais de despesas de capital;
- (D) despesas de curto e longo prazo;
- (E) despesas de caráter emergencial e despesas contínuas.

DM14
ADMINISTRADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE MATERIAIS

41 - O princípio tributário que proíbe instituir tratamento desigual entre contribuintes com situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos, é o princípio da:

- (A) capacidade contributiva;
- (B) anterioridade;
- (C) entidade tributária;
- (D) isonomia tributária;
- (E) competência tributária.

42 - A forma de tributação que utiliza apenas as receitas da empresa para apuração do resultado tributável de IR e CS, calculados por um resultado estimado, encontrado através de percentuais definidos em lei, é o lucro:

- (A) projetado;
- (B) contábil gerencial;
- (C) presumido;
- (D) real;
- (E) tributável gerencial.

Atenção:

Com base na relação das contas patrimoniais da Cia. UNIFLA em 31.12.2009, responda às duas questões seguintes (**43** e **44**):

- Bancos Conta corrente – R\$ 38.000,00
- Capital Social – R\$ 10.000,00
- Reserva de Incentivos Fiscais – R\$ 21.000,00
- Depreciação Acumulada – R\$ 9.500,00
- Ações em Tesouraria – R\$ 29.000,00
- Financiamentos a Longo Prazo – R\$ 11.200,00
- Imobilizado – R\$ 2.000,00
- Prejuízo Acumulado – R\$ 12.000,00
- Adiantamento de Salário – R\$ 35.000,00
- Ajustes de Avaliação Patrimonial (Sd credor) R\$ 42.000,00;
- Fundo de Comércio Adquirido – R\$ 80.000,00
- Adiantamento de Clientes(CP) – R\$ 15.500,00
- Provisões Fiscais(LP) – R\$ 30.500,00
- Receita Diferida – R\$ 25.700,00
- Adiantamento a Fornecedores(CP) – R\$ 15.000,00
- Reserva Legal – R\$ 4.800,00
- Despesas Antecipadas(C.P) – R\$ 10.200,00
- Empréstimos a sociedades coligadas (Não constitui negócio usual da Cia) – R\$ 41.300,00
- Imóveis de Renda – R\$ 93.200,00

43 - O ativo circulante é de:

- (A) R\$ 36.800,00;
- (B) R\$ 103.200,00;
- (C) R\$ 45.900,00;
- (D) R\$ 68.000,00;
- (E) R\$ 98.200,00.

44 - O PL é de:

- (A) R\$ 65.800,00;
- (B) R\$ 36.800,00;
- (C) R\$ 145.800,00;
- (D) R\$ 68.800,00;
- (E) R\$ 98.200,00.

45 - O princípio contábil que determina que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE, é o:

- (A) da atualização monetária;
- (B) da oportunidade;
- (C) do registro pelo valor original;
- (D) da competência;
- (E) da entidade.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

46 - Os órgãos públicos classificam-se de acordo com a situação estrutural em:

- (A) diretos e indiretos;
- (B) singulares e coletivos;
- (C) instrutivos e deliberativos;
- (D) executivos e normativos;
- (E) diretivos e subordinados.

47 - A classificação dos atos administrativos obedece a variados critérios. Segundo o critério da liberdade de ação, os atos podem ser:

- (A) vinculados e discricionários;
- (B) constitutivos e declaratórios;
- (C) revogáveis e irrevogáveis;
- (D) gerais e individuais;
- (E) de império e de gestão.

48 - O contrato administrativo pelo qual a administração pública transfere à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse público remunerada através do sistema de tarifas pagas pelos usuários é:

- (A) concessão de serviço público especial;
- (B) cessão de uso de bens públicos comuns;
- (C) concessão de serviço público comum;
- (D) permissão de uso de bens públicos especiais;
- (E) cessão de uso de serviços públicos comum.

49 - A Lei Federal 8666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão:

- (A) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando alcançar o menor preço, mesmo com prejuízo da quantidade do material;
- (B) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, e caso tenham sido processadas pelo sistema de registro de preços o prazo de validade será por dois anos;
- (C) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, ficando a administração obrigada a firmar contratos com as empresas vencedoras do registro de preços;
- (D) ser processadas através de sistema de registro de preços, que deverá ser realizado por meio de licitação na modalidade de tomada de preços, do tipo menor preço;
- (E) atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

50 - Compreende caso de inexigibilidade de licitação, de acordo com a Lei 8666/93:

- (A) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado;
- (B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (C) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
- (D) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- (E) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

51 - A respeito dos contratos administrativos, a Lei Federal 8666/93 estabelece que:

- (A) a critério da autoridade competente, em cada caso, mesmo sem previsão no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras;
- (B) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, e facultado nas dispensas e inexigibilidades de licitação independentemente do seu valor;
- (C) os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- (D) a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na lei;
- (E) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, em qualquer situação.

52 - São deveres fundamentais do servidor público, de acordo com o Decreto n.º 1.171/94, EXCETO:

- (A) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
- (B) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
- (C) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem individual;
- (E) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

53 - O projeto de Lei Orçamentária Anual, de acordo com a Lei Complementar n.º 101/00:

- (A) conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- (B) conterà o demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos;
- (C) conterà a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- (D) conterà o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas previstas no plano plurianual;
- (E) será acompanhado das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter temporário.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

54 - Considere os seguintes padrões e tecnologias de conectividade de periféricos:

- I - IDE
- II - SATA
- III - SCSI

Das opções listadas, a(s) que permite(m) a conexão de discos rígidos é(são):

- (A) apenas III;
- (B) apenas II e III;
- (C) I, II e III;
- (D) apenas I;
- (E) apenas II.

55 - No Windows XP, ao se preparar (formatar) um disco rígido, algumas opções que podem ser escolhidas como sistema de arquivos desse disco são:


- (A) apenas XPFS;
- (B) FAT ou XPFS;
- (C) FAT ou NTFS;
- (D) apenas FAT;
- (E) apenas NTFS.

56 - No sistema operacional Windows XP, ao se “arrastar” um arquivo com o botão esquerdo do mouse de uma pasta para outra pasta que esteja vazia, no mesmo volume de disco, ocorrerá o seguinte resultado:

- (A) o arquivo será copiado para a pasta destino;
- (B) o arquivo será removido sem ser colocado na Lixeira (Recycle Bin);
- (C) o nome da pasta destino será modificado para o nome da pasta origem;
- (D) o arquivo passará a ser não visível (*hidden*);
- (E) o arquivo será movido para a pasta destino.

57 - Ao se instalar de forma completa o pacote Microsoft Office 2003 em um microcomputador que esteja executando o sistema operacional Windows XP, uma das extensões de arquivos que ficará associada ao programa Excel será:

- (A) .exc;
- (B) .xls;
- (C) .off;
- (D) .doc;
- (E) .pps

58 - O ícone , que faz parte do Word 2003, ao ser aplicado sobre um trecho selecionado de texto executa a seguinte função:

- (A) numera as linhas pares;
- (B) remove espaços em branco repetidos;
- (C) ordena as palavras em ordem alfabética;
- (D) alinha o texto à esquerda;
- (E) numera as linhas ímpares.

59 - O “Histórico” do navegador (*browser*) Windows Internet Explorer armazena as seguintes informações:

- (A) usuários que fizeram executaram o Internet Explorer recentemente;
- (B) versões do Internet Explorer que estão disponíveis neste computador;
- (C) registro de consumo de memória e CPU do Internet Explorer;
- (D) atualizações recentes baixadas via Windows Update;
- (E) lista de sites (páginas) visitadas recentemente.

60 - Uma linguagem de marcação utilizada para produzir páginas na Web gerando documentos que podem ser interpretados pelos navegadores é:

- (A) WWW;
- (B) SMTP;
- (C) TELNET;
- (D) HTML;
- (E) HTTP.

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1:

A aplicação dos cálculos para a determinação do Lote Econômico de Compra (LEC) e do Lote Econômico de Fabricação (LEF) é assunto sempre controverso.

Descreva sucintamente os Lotes LEC e LEF, estabelecendo críticas e tendências acerca de suas aplicações.

QUESTÃO 2:

Existem vários indicadores de produtividade na análise e controle dos estoques, sendo os mais usuais as diferenças entre o inventário físico e o contábil. O inventário físico consiste na contagem física dos itens de estoque e é efetuado, geralmente, de dois modos, conhecidos como inventário periódico e inventário rotativo.

Estabeleça a diferença básica entre esses dois modos, destacando claramente as características de cada um deles.



Concursos

BIORIO *CONCURSOS*

Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão – RJ

Central de Atendimento: (21) 3525-2480

Internet: <http://concursos.biorio.org.br>

E-mail: trensurb2009@biorio.org.br